

Relatório: visita técnica aos Estados Unidos da América – um resumo

Autora: Marga Inge Barth Tessler

Desembargadora Federal do TRF da 4ª Região

publicado em 28.02.2011

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

Sumário:

Introdução. 1 Estrutura básica do Programa de Visitas. 2 Resumo das principais exposições. 3 Uma digressão. 4 A Suprema Corte e as causas apreciadas. 5 Os Tribunais Estaduais. 6 Os juízes norte-americanos. 7 O *stare decisis*. 8 A crise do sistema judiciário norte-americano. 9 O extraordinário capital simbólico da Suprema Corte. 10 Visita à Suprema Corte. 11 Visita ao *Federal Judicial Center*. 12 Visita ao *Administrative Office of the U. S. Courts*. 13 *Federal Judicial Administration*. 14 Outros aspectos interessantes. Conclusão.

Introdução

Ao propósito de cumprir os requisitos estabelecidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), bem como socializar a interessante experiência, apresento este resumido relatório das atividades durante a participação no *Leadership International Visitor Program*, desenvolvido no período de 16 a 25 de agosto de 2010, ocasião em que um grupo de magistrados⁽¹⁾ e servidores do Conselho da Justiça Federal (CJF) visitou cortes judiciais em Washington DC; Sacramento, na Califórnia; e Dallas, no Texas; mantendo contato com magistrados e administradores das diversas instituições judiciárias, tanto estaduais quanto federais. O evento representou oportunidade preciosa para conhecer e avaliar a gestão judiciária norte-americana, oportunizando a troca de experiências e o conhecimento de práticas que poderiam ser assimiladas ou adaptadas à nossa realidade. O primeiro contato deu-se em Brasília, na Embaixada dos Estados Unidos da América, com as informações preliminares e a obtenção de visto especial. Em Brasília fomos calorosamente recepcionados pela Sra. Angelina Smid, *Cultural Affairs Specialist* da Embaixada (e-mail: smid@state.gov).⁽²⁾

1 Estrutura básica do Programa de Visitas

O programa de visitas iniciou-se no dia 16 de agosto pela manhã em Washington DC, ocasião em que nos recepcionou Mr. Christopher Mrozowski, que dissertou sobre os objetivos do programa e as atividades propostas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América e pelo *Bureau of Educational and Cultural Affairs*. Com apresentação didática e primorosa, deixou a melhor impressão sobre as atividades e os propósitos perseguidos, que se assentam na troca de experiências e no conhecimento mútuo, intensificando e consolidando mecanismos de cooperação internacional para aperfeiçoar os sistemas de justiça. Como informação adicional, gostaria de registrar a fineza e a cortesia dos anfitriões e ainda assinalar que o local onde fomos recepcionados trata-se de um verdadeiro palácio, denominado Meridian House (1630 Crescent Place NW), ambiente utilizado nas locações externas do filme “Afundem o Bismark”, versão atualizada, como sendo a embaixada russa.

O programa em referência consiste em visitas técnicas às cortes judiciais onde são oferecidas explanações, ministradas por magistrados e gestores judiciários, com oportunidade de contatos informais com juízes e visita à

típica família norte-americana e contatos na área acadêmica.

O programa foi concebido e é administrado pelo Departamento de Estado para a Educação e as Relações Culturais, o *U.S. Department of State Bureau of Educational and Cultural Affairs*, e conta com o apoio de entidades privadas que, em cooperação, procuram tornar conhecidas as peculiaridades do sistema judiciário e suas influências políticas, sociais e culturais.

2 Resumo das principais exposições

Após a reunião administrativa, seguiu-se a exposição *Federalism Briefing*, conduzida pelo Prof. Dr. Mark J. Rozell, **(3)** professor de políticas públicas e diretor do *Master of Public Policy Program* na *George Mason University*, em Arlington, Virginia, que nos ofertou uma visão panorâmica do sistema judiciário dos Estados Unidos da América. Iniciou por lembrar que os Estados Unidos foram fundados não como uma nação, mas pela união de treze colônias, que lutaram pela independência da Coroa Britânica.

Em 1776, em sua Declaração de Independência, registraram que “estas Colônias Unidas são, e de direito devem ser, Estados Livres e Independentes”. Sublinhou que quem quer entender o sistema americano deve atentar para o fato de que a jurisdição é dividida entre o governo federal e os estados. Os estados conservam uma ampla autonomia **(4)** que sempre é ardentemente defendida. Além disso, a lei nos Estados Unidos é mais do que as leis sancionadas pelo Congresso. O Congresso autoriza os órgãos administrativos a adotar regras que acrescentam detalhes às exigências legais. Por outro lado, todo o sistema legal se apoia nos princípios consuetudinários do sistema inglês da *common law*, o que torna o conjunto extremamente complexo. Embora formalmente a Constituição e a lei sejam superiores à *common law*, os tribunais aplicam os princípios do *common law* para colmatar lacunas sobre aspectos não abrangidos pela Constituição e não legislados pelo Congresso. Desde os primórdios, no século 18, os estados federados não desejavam um governo central forte, daí surgiu o modelo de independência relativa, dos pesos e contrapesos, “*check and balances*”. O Poder Legislativo é delineado no artigo I da Seção 1 da Constituição, estando as competências do Congresso estabelecidas na Seção 8. No artigo II da Seção 1, está delineado o Executivo. No artigo III da Seção 1, está previsto o Judiciário: “O Poder Judiciário dos Estados Unidos será investido em uma Suprema Corte e nos tribunais inferiores que forem oportunamente estabelecidos por determinação do Congresso. Os juízes, tanto da Suprema Corte como dos tribunais inferiores, conservarão seus cargos enquanto bem servirem e perceberão por seus serviços uma remuneração que não poderá ser diminuída durante a permanência no cargo”.

Em apertada síntese, o Judiciário nos Estados Unidos da América possui apenas os poderes referidos na Constituição. Há um Judiciário Federal e os Judiciários Estaduais, cada estado adota um modelo e leis próprias.

Antes da adoção da Constituição, os Estados Unidos da América eram regidos pelos Artigos da Confederação e as funções federais cabiam ao Congresso, não havendo a separação entre Executivo e Legislativo. A falta de uma jurisdição federal era apontada como ponto fraco dos Artigos da Confederação. Pela Convenção de Filadélfia, em 1787, criou-se o Judiciário Federal, enfrentando consideráveis discordâncias por parte dos defensores dos direitos dos Estados, que se opunham aos nacionalistas, resultando daí o compromisso estabelecido pelo artigo II da Constituição: “O Poder Judiciário dos Estados Unidos caberá a uma Corte Suprema e tantos tribunais inferiores quantos o Congresso eventualmente criar”.

Assim, pela Lei nº 1 do Senado, foi estabelecido o Judiciário Federal, de 1789, dimensionando uma Suprema Corte, com um presidente, *Chief Justice*, e cinco Ministros (*Justices*), três tribunais recursais, cada um composto por dois juízes de 2ª instância e um juiz de 1ª instância, e treze juízes (ditos tribunais) de 1ª instância, presididos por juízes federais. O

sistema no transcurso de sua existência evoluiu para a formatação a seguir resumida:

Clique aqui para visualizar um quadro esquemático do Sistema Jurídico dos Estados Unidos.

3 Uma digressão

Tocqueville⁽⁵⁾ empreendeu um conhecido estudo comparativo entre o sistema jurídico francês e o norte-americano, dedicando um capítulo (Cap. VI) ao Poder Judiciário, ressaltando, de início, a importância política do Judiciário norte-americano. Dizia ele que

“o que o estrangeiro com maior dificuldade compreende nos Estados Unidos é a sua organização judiciária. Por assim dizer, não há ocorrência política para a qual não deva ser chamada a autoridade do Juiz; e [...] o juiz é, nos Estados Unidos, uma das primeiras forças políticas [...]. O magistrado nunca parece introduzir-se nos negócios públicos a não ser por acaso; mas esse mesmo acaso repete-se todos os dias”.

O autor citado fez um resumo de suas observações sobre o Judiciário norte-americano e conclui que o juiz americano só pode pronunciar-se quando há um litígio, jamais se ocupa senão de casos particulares e para agir sempre precisa esperar pelo embargo. É revestido de imenso poder político. Identifica a origem do poder no fato de “os americanos reconhecerem o direito de fundarem os juízes as suas decisões na Constituição, antes que nas leis”. A leitura das considerações de Tocqueville mostra que percebeu que havia um sistema mais refinado que o engendrado pelos ideais revolucionários franceses. A democracia americana, na visão de Tocqueville, era mais do que o pacto político, apresentava solidariedade a um conjunto de valores. Saliente-se que as observações foram feitas por volta de 1830, período em que a sociedade norte-americana não ostentava as atuais características, era então uma sociedade homogênea. O registro de Tocqueville em alguns aspectos permanece atual. O Poder Judiciário desfrutava de grande prestígio e foi tocante observar e constatar a grande consideração do povo pela Suprema Corte e a sucessão histórica de seus integrantes.

Os traços gerais do direito inglês⁽⁶⁾ imprimiram historicamente uma forte marca no sistema norte-americano, mas os dois direitos nunca se fundiram. As diferenças são bastante profundas e complexas, e o direito americano evoluiu sob a influência de fatores próprios. Não são apenas as regras que diferem, eles já não se identificam pela estrutura. O conjunto de valores da sociedade norte-americana não é mais um bloco sólido e único, apresentando extrema diversidade, trata-se de uma democracia multiétnica, multirreligiosa e culturalmente diversificada, com valores diversos, o que torna o conjunto complexo.⁽⁷⁾

Os juristas americanos formam-se e organizam-se de modo diferente do modelo inglês. A atitude norte-americana frente ao direito não é mais igual ao seu modelo, a teoria e a prática são diferentes nos dois países. O que se pode afirmar é que ambos os sistemas pertencem à estrutura da *common law*. O direito nos dois sistemas é concebido como um direito jurisprudencial. Isso quer dizer que as regras de direito só são verdadeiramente assimiladas, integradas ao sistema, após serem interpretadas pelos juízes. Antes, “não há lei”.

Surpreendem as divergências entre os Judiciários estaduais, mas há uma profunda unidade no direito norte-americano que deriva sobretudo do espírito que anima os juristas. As obras de direito mais respeitadas não são consagradas ao direito de qualquer estado, as publicações jurídicas de modo geral cobrem o direito dos Estados Unidos. Nos EUA, o conceito de *equity* desenvolveu-se de forma peculiar. As questões de casamento e divórcio são consideradas sob o domínio reservado às jurisdições de *equity* nos Estados Unidos. O controle pelos tribunais da constitucionalidade das leis é admitido. O direito administrativo nos EUA dedica-se ao estudo da organização das comissões e agências e não tem

equivalente na Inglaterra. Nos Estados Unidos, o Ministério Público atua junto ao Judiciário e o *attorney general* é o equivalente a um Ministro da Justiça. Sinala-se que não há dispositivo constitucional assegurando o poder de estabelecer o controle da constitucionalidade, tratando-se de criação jurisprudencial estabelecida em 1803, caso *Marbury versus Madison*.

A organização judiciária norte-americana é composta por jurisdições federais e jurisdições estaduais. Ao contrário do que ocorre em outros estados federais como Alemanha, Canadá, Austrália e União Soviética, onde a jurisdição federal ocupa apenas o cume da hierarquia, nos Estados Unidos existe uma dupla hierarquia e as jurisdições federais são múltiplas. Na base, os tribunais de distrito, com recurso para os *Courts of Appeals*, e ainda é possível recurso para o Supremo.(8)

A Suprema Corte é composta por um *Chief Justice* e oito *Justices* que atuam em conjunto. O Supremo Tribunal dos Estados Unidos só julga cerca de 200 casos por ano.(9) Na maior parte dos casos considera não haver importância suficiente para justificar a sua intervenção. Os *Justices* são vitalícios, não há aposentadoria compulsória. O cargo é vitalício “enquanto apresentar bom comportamento”.

4 A Suprema Corte e as causas apreciadas

A Suprema Corte tem um grande poder decisório sobre os processos que decide apreciar. O Congresso deu autorização à Corte para aceitar ou rejeitar a seu critério os recursos, pela Lei Judicial de 1891, que criou o *writ of certiorari*, ou *cert*. Foi ampliada a discricionariedade em 1925 e novamente ampliada em 1988, reduzindo-se expressivamente a jurisdição obrigatória. Atualmente a Suprema Corte considera somente os processos de importância geral e de “grande seriedade”; na realidade, escolhe o que vai julgar. Os processos selecionados envolvem princípios de amplo interesse público e nacional. Reproduzo quadro estatístico:(10)

Clique aqui para visualizar um quadro estatístico das causas apresentadas e aceitas para apreciação pela Suprema Corte dos EUA.

Existem ainda tribunais federais especiais. *United States Court of Federal Claims*, quando a responsabilidade estatal está em jogo, jurisdições para questões fiscais, matéria alfandegária, licenças e patentes. Não há Justiça Eleitoral nos Estados Unidos da América; dependendo do caso, envolvendo eleições estaduais ou federais, poderá ser apreciado pela Justiça Estadual ou ser de competência federal. Essas questões costumam chegar à Suprema Corte. Foi disponibilizado o seguinte esquema dos circuitos federais, semelhante às nossas divisões por região:

Clique aqui para visualizar os um mapa esquemático dos circuitos federais do Sistema Jurídico dos Estados Unidos.

5 Os Tribunais Estaduais

Em outro giro, cada Estado tem uma jurisdição que lhe é própria, normalmente comporta três graus, a primeira instância, um tribunal de apelação e um Supremo Tribunal Estadual, e tribunais de *equity* subsistem em alguns Estados. A instituição do júri é garantida pela Constituição, desde que o interesse em litígio seja superior a vinte dólares, com a condição de que não se trate de processo de *equity*. Nos Estados Unidos, em face da garantia constitucional, é muito difícil restringir a possibilidade do júri, mas é possível. O Supremo Tribunal dos Estados Unidos só aceita conhecer de uma questão se ela abalar um princípio fundamental garantido pela Constituição ou por lei federal. No caso dos julgamentos de competência dos Estados, a decisão estadual é definitiva e não pode ser objeto de recurso ao Supremo. Cerca de 95% das demandas são julgadas pelos Estados, mas as questões de maior repercussão, que interessam à liberdade pública, *civil rights*, integração racial, leis antitrustes e conformidade de leis com a Constituição são julgadas pelas jurisdições federais. Não há dois Estados iguais quanto à organização dos tribunais.

Os tribunais estaduais podem ser divididos em quatro categorias: tribunais de primeira instância de competência limitada, tribunais de primeira instância de competência geral, tribunais recursais e tribunais de recurso de última instância, que em alguns Estados são denominados de Suprema Corte. Em alguns Estados os tribunais de primeira instância não têm sede ou sala para audiências, e os juízes que os presidem não precisam ter nenhum treinamento legal formal. Não são feitos registros e há bastante informalidade. As sessões de julgamento são realizadas em armazéns, restaurantes ou casas de família. Os tribunais de recursos estaduais têm dimensão variável, desde aqueles com 80 magistrados, como no Texas, até aqueles com 3 magistrados, como no Alasca. Há decisões por turmas permanentes (painéis) ou rotativas ou julgamentos plenários.

Em cada Estado há um escritório administrativo que executa as tarefas administrativas para o sistema judiciário estatal, destacando-se as tarefas de elaboração do orçamento, gerenciamento, instalação de informática, comunicação social, pesquisa, etc. Percebe-se um certo isolamento das cortes estaduais uma das outras, não existindo um compartilhamento de dados ou de possibilidade de acesso a eles. Existe considerável dificuldade prática para o exercício da advocacia por advogados de um Estado em outro. Na Califórnia percebeu-se grande preocupação com o orçamento estadual, que, na ocasião da visita, não havia sido votado pelo Legislativo. As consequências do atraso seriam resolvidas com a dispensa de parte dos empregados judiciários. Já os funcionários dos tribunais estaduais são, em grande parte dos Estados, eleitos pelo voto popular. Não há a disponibilização de assessores ou assistentes jurídicos para atendimento individual aos juízes. Não se percebeu grande número de servidores nos locais visitados, sendo que os principais auxiliares são contratados entre advogados, e o cargo é denominado de *Clerk of Court*.

6 Os juízes norte-americanos

Os juízes americanos⁽¹¹⁾ são de duas categorias. Os juízes nas jurisdições estaduais são eleitos em trinta e um Estados desde 1828. Como meio de controle e correção está o referendo: o juiz, escolhido pelo governador, após certo tempo passa pelo referendo popular. O comparecimento às urnas para essa eleição é baixo. Observou-se que as campanhas para eleição no Judiciário são bastante dispendiosas e os interessados obtêm patrocínio de grandes escritórios de advocacia.⁽¹²⁾ A eleição popular em treze Estados é partidária e em dezoito Estados, não partidária. Em dois Estados há a indicação pelo Legislativo. Os mandatos são variáveis de 2 a 14 anos. As mulheres estão sub-representadas dentre os juízes. Há tendência ao “localismo”, isto é, o juiz jurisdiciona no local onde nasceu. A idade para aposentadoria varia de 65 a 75 anos, e há benefícios de aposentadoria mais baixos para os que permanecem mais tempo em atividade.⁽¹³⁾

Os juízes federais⁽¹⁴⁾ assemelham-se aos juízes ingleses. São nomeados vitaliciamente pelo Presidente dos Estados Unidos e aprovados pelo Senado. São recrutados entre advogados de nomeada e professores de grandes universidades, em geral, com prévia e grande experiência profissional. Costumam ser independentes em relação ao governante que os indicou e gozam de prestígio diante do público. Ronald Dworkin⁽¹⁵⁾ utiliza uma metáfora para marcar o jurisprudencialismo e os juízes, dizendo que o Direito é um romance escrito a várias mãos e em tempos sucessivos. A tradição é o ponto de partida, e os juízes federais seriam “os contistas morais do país”. A indicação de um *Justice* para a Suprema Corte mobiliza a sociedade, são formados grupos favoráveis à indicação anunciada, bem como contrários, estabelecendo-se debate acirrado e público. Tal sucedeu em 2005, com a nomeação do *Justice* John Roberts pelo Presidente Bush, que em seguida, em face do falecimento do Presidente da Corte, William Rehnquist, nomeou o novo *Justice* Presidente da Corte.

O grupo teve contato com magistrados federais e estaduais, destacando os seguintes: o juiz federal da *United States Court of Federal Claims* Francis M. Allegra;(16) a *Chief Justice* Honorável Carolyn Wright, da *Court of Appeals* do *Fifth District* no Texas, em Dallas;(17) em Sacramento houve encontro com os juízes Laurie Earl, Russell Hom, David De Alba e Raoul Thorbourne, e observamos uma discussão judicial, *judicial panel discussion*. O grupo foi recebido no gabinete e em sala de audiências, tendo sido extremamente simpática a acolhida em todos os locais.

Em resumo, no sistema norte-americano o Judiciário tem uma consolidada independência, constitui-se como um poder da República. Tem extraordinária incisividade política e um caráter preponderantemente conservador, citando-se como exceções a Corte Warren, 1959/1969, e o início da Corte Burger, 1970. O sistema é o da unidade da jurisdição. Não há carreira na magistratura, os critérios para escolha dos juizes federais são o mérito profissional advocatício e representatividade geográfica, religiosa, partidária e acadêmica. Os juizes estaduais são eleitos por mandato em geral de quatro anos,(18) mas demissíveis *ad nutum*, costuma ser um trampolim para outros cargos. Há uma forte atuação dos advogados, o *adversary system*, sendo que 95% dos casos não chegam a julgamento em 1o grau, daí tenho por acertada a observação de Ataíde Júnior, do exaurimento da jurisdição ser uma hipótese residual. Há forte utilização do Júri no Cível e no Crime. O perfil do juiz norte-americano é o de integrante da classe mais privilegiada, politicamente ativo, com necessária experiência, próximo dos cinquenta anos quando da sua primeira nomeação e do sexo masculino. As mulheres estão sub-representadas. Ronald Reagan quebrou a barreira do gênero na Suprema Corte nomeando a 1ª mulher *Justice* Sandra Day O'Connor. Há forte presença dos sistemas informais de Justiça, com valorização do papel ativo dos próprios interessados. Há insatisfação com o alto custo da Justiça.(19) O apoio à composição alternativa é muito grande, em especial pelas grandes corporações que procuram evitar batalhas judiciais onerosas. Por outro lado, quando há necessidade de agilização e confidencialidade, há preferência pela resolução alternativa.

7 O “*stare decisis*”(20)

A regra do *stare decisis*, do precedente, guarda distinções no sistema norte-americano. A regra do precedente existente na Inglaterra desde o século XIX impõe aos juizes, em certas condições, seguirem as regras de direito decorrentes de julgamentos precedentes. Nos Estados Unidos a regra não tem o mesmo rigor, conforme o caso é posto um destaque, há rigor ou flexibilidade. A limitação existente nos Estados Unidos é de que o Supremo Tribunal e os Superiores Tribunais dos Estados não estão vinculados às suas próprias decisões. A regra do precedente nos Estados só funciona no seu âmbito e é mais branda nos Estados Unidos, há uma variação de vinculatividade máxima no direito de propriedade, menor nos casos de constitucionalidade.

A possibilidade de mudança, de flexibilidade que tem a Suprema Corte, mostrou-se fundamental, pois permitiu à Justiça adaptar-se às mudanças sociais e econômicas, favorecendo a estabilidade das instituições políticas americanas.

8 A crise do sistema judiciário norte-americano

O sistema judiciário federal norte-americano enfrentou uma crise, como registra o Relatório da Comissão de Estudos das Cortes Federais dos Estados Unidos.(21) Observa-se dos termos do relatório que o sistema federal atingiu o seu ponto de expansão máximo. Interessantes questões são abordadas e sugeridas pela comissão de notáveis que elaborou o documento. Desaconselhou-se o aumento dos Tribunais Federais por alegadamente afetar tal expansão o sistema federativo. A independência e o prestígio assegurados aos juizes federais pelo artigo 3º da Constituição só seriam compatíveis com o responsável e eficiente desempenho da função quando fossem poucos em número para “sentir um risco pessoal

nas consequências de suas ações”, condição alguma poderia ser satisfeita se existissem milhares de juízes federais. A expansão em primeiro grau ocasionaria o inevitável aumento do número de juízes de segundo grau, abalando a estrutura piramidal. Vários tipos de soluções foram aventadas, e o relatório conclui por fazer recomendações ao Congresso dos Estados Unidos e às Cortes, entre elas, limitar disputas sobre honorários advocatícios, não adotando a “regra inglesa”; não criar mais cortes nacionais apelatórias; adotar soluções alternativas de disputas; e considerar o impacto na Corte e nos litigantes antes de adotar inovações tecnológicas. O grupo visitante teve, pois, a possibilidade de conhecer o Sistema Federal de Justiça, dez anos após o registro da crise antes comentada, que se afigurou superada. Novamente cabe ressaltar que nos locais visitados não foi percebida a presença de contingente grande de servidores, sendo sempre um pequeno número.

9 O extraordinário capital simbólico da Suprema Corte

A Suprema Corte suscitou grandes polêmicas, tendo Charles Warren, estudioso da Corte, reconhecido que nenhuma instituição criada pela Constituição suportou tantos ataques sucessivos ou chegou à sua atual posição após oposição tão vigorosa. A Corte se reuniu pela primeira vez em 1º de fevereiro de 1790, no *Royal Exchange*, prédio da área da Wall Street, em Nova York.

Durante a primeira década julgou cinquenta causas, tendo como presidente John Jay, nomeado por Washington, que também nomeou todos os primeiros juízes. Escolheu-os entre aqueles com quem tinha afinidade política por serem membros fiéis do Partido Federalista, com o cuidado de equalizar a representação geográfica dos Estados nos tribunais federais. Seguiu-se o *Justice* John Marshall, 1801/1835, que alterou a sistemática das decisões (*seriatim*) (como é a nossa, uma após a outra) e adotou a prática de decisão única, pois entendia que a divergência minava a autoridade da Corte. A Corte assegurou o seu poder no caso *Marbury v. Madison*, 1803.(22) A Corte construiu um capital simbólico, alcançando credibilidade e confiança junto ao público. Refiro-me à ideia de Pierre Bourdieu,(23) que é a criação e a manutenção de determinada imagem, fortemente arraigada no íntimo das pessoas. O próprio presidente dos Estados Unidos da América pode ser chamado a pessoalmente cumprir decisão da Corte, e isso ocorreu no caso Estados Unidos *versus* Nixon, 1974, conhecido como caso Watergate.(24) O episódio foi comentado por J. Thompson em **O Escândalo Político** (Petrópolis: Vozes, 2002. p. 243-264), no qual são publicados trechos das fitas que incriminavam o Presidente na pretendida obstrução às investigações. Bastou a simples requisição das provas para abalar a Presidência, que foi aconselhada a renunciar antes do pronunciamento da Suprema Corte.

10 Visita à Suprema Corte

O grupo realizou uma visita à Suprema Corte. O prédio, de arquitetura neoclássica marmórea branca, situa-se atrás do Capitólio, o Congresso. Não há edificações mais altas que a cúpula do Congresso, em face de restrições legais às construções no perímetro, o que permite apreciar um soberbo conjunto.

Encimando a fachada principal está a frase *Equal Justice Under Law*. Trata-se, além de prédio público, do coração do sistema judiciário, de um ponto turístico, com grande afluxo de visitantes. Percorremos as suas principais instalações, como salas de reuniões e julgamento, e a biblioteca dos Ministros. A visita ocorreu no final do recesso de verão, com muito público circulando, sistema de segurança e identificação eficiente, e surpreendeu o número reduzido de servidores. Não havia um grande contingente de servidores nos locais visitados. Os prédios dos judiciários federais que observamos são funcionais e confortáveis, sabendo-se que os mais de 700 existentes devem obedecer a um mesmo padrão de arquitetura e mobiliário. Não se percebeu qualquer ostentação ou luxo.

11 Visita ao *Federal Judicial Center*

Prosseguindo com as atividades em Washington, realizamos visita ao *Federal Judicial Center* (FJC), que é o centro de ensino e pesquisa do judiciário federal dos Estados Unidos da América. Trata-se de um órgão governamental diretamente subordinado ao *Chief Justice* da Suprema Corte (ver o organograma no capítulo 13) e mantido com recursos oriundos diretamente do Congresso Nacional. Foi criado em 1967, na presidência do *Justice* Earl Warren. Com essa iniciativa, foi destacada a função de formação e atualização de magistrados federais e funcionários das cortes federais (o novo órgão foi destacado do *Administrative Office of the US Courts*, criado em 1939). Sentiu-se a necessidade de atualização permanente dos magistrados em face de novos temas e circunstâncias.

A missão do *Federal Judicial Center* é a de promover formação e treinamento para juizes federais e funcionários dos tribunais federais. Coordena ainda os programas educacionais para defensores públicos federais. A divisão de pesquisas do *Federal Judicial Center* conduz estudos exploratórios sobre a Administração Judiciária. Tais atividades servem para a informação e a formulação de propostas legislativas e políticas judiciárias.

Em 1992, o Congresso aprovou emenda à lei do *Federal Judicial Center* autorizando o atendimento aos judiciários estrangeiros, contribuindo para o desenvolvimento judicial internacional. Por outro lado, está aberto a recolher exemplos de outros países, tudo no escopo de melhorar a administração judiciária nos Estados Unidos da América. Não treina nem presta serviços às justiças estaduais.

O orçamento anual do *Federal Judicial Center* cobre os custos dos programas, e os recursos são alocados diretamente ao *Federal Judicial Center* pelo Congresso. Foi criada, ainda, uma instituição denominada *Federal Judicial Center Foundation*, que prospecta e administra as doações de particulares para tais atividades, decidindo pela sua aceitação ou não.

No *Federal Judicial Center* fomos brindados pela exposição da Dra. Irina Axelrod-Angres,(25) que é *Supreme Court Fellows* no *Federal Judicial Center* e explicou sobre os programas de orientação e educação judicial federal. O *Federal Judicial Center* desenvolve programas e materiais educacionais concebidos para auxiliar os juizes a decidir um número crescente de casos, mantendo-os atualizados sobre o que ocorre na sociedade, na ciência e na tecnologia. Não existem exigências educacionais para juizes federais, mas a maioria se beneficia dos programas. Todo o ano há uma série de *workshops* nacionais ou regionais que incluem novidades jurídicas, análise de decisões recentes, atualização em ética, métodos de automação, história do direito, direito e literatura. Existem também cursos à distância.

12 Visita ao *Administrative Office of the U.S. Courts*

O programa de visitas nos conduziu ao *Administrative Office of the US Courts*,(26) localizado no *Thurgood Marshall Federal Judiciary Building*, ocasião em que fomos recebidos pelo *Court Program Specialist*, Mr. Fred Russillo, que no presente ocupa a função de *Senior Program Specialist*. (27) Ficou esclarecido que no âmbito federal existe um órgão denominado Conferência Judicial dos Estados Unidos, que é integrado por 27 membros, o Presidente da Suprema Corte e 26 juizes selecionados dos circuitos ou regiões geográficas da União, e tal conferência ou conselho é responsável pela administração geral, pelas linhas mestras a serem recomendadas ou determinadas. Há painéis, grupos que estudam diversas áreas da jurisdição federal. Em linhas gerais, a Conferência faz um planejamento estratégico da Justiça Federal, assemelhando-se ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Pois bem, a Conferência Judicial indica os integrantes do *Administrative Office of the Courts*, que de forma centralizada providencia a organização

administrativa, financeira, legal, gerencial e tecnológica de todos os serviços judiciários das cortes federais. Implementa e concretiza as políticas públicas, a aplicação e o cumprimento das leis pertinentes, facilitando a tramitação dos interesses das cortes frente ao Congresso. Todos os assuntos administrativos são de responsabilidade do Administrative Office, desde a folha de pagamento à aquisição de equipamentos. Transmitiu-se uma impressão de alta competência gerencial, com otimização de recursos e definição do orçamento com a tarefa de viabilizá-lo junto ao Congresso.

O expositor, Mr. Russillo, demonstrou grande domínio dos assuntos, sendo de lamentar que o tempo da exposição fosse pouco frente à abrangência e à complexidade das atividades. Destacou alguns aspectos em que identifica desafios ou problemas: seriam eles o desafio de oferecer a *government accountability* (isto é, a responsabilização com transparência), o declínio dos valores do orçamento do Judiciário, a crescente dificuldade de obter os recursos (daí a necessidade da judicosa aplicação dos mesmos), a *tort explosion*, isto é, a explosão de demandas por danos em geral, a fuga das partes do veredito pelo júri, as decisões judiciais que se veem influenciadas por uma *pseudoscience*, em desprestígio da legislação, a não previsibilidade dos vereditos, as despesas altas e a demora da jurisdição, a morosidade. Verifica-se que quase todos os problemas e desafios também se fazem presentes na nossa administração judiciária.

Na informatização, no âmbito federal, as cortes federais dispõem de sistema bastante aprofundado, há *software* de aplicação nacional, acesso pela Internet, conexão entre as diferentes cortes federais. O *Federal Judicial Center* criou sistema de intranet, possibilitando a troca de informação. O *Federal Judge Francis Allegra* expôs todo o sistema de gestão processual com a utilização da informática. A conclusão a que se pode chegar é de que, no Brasil, **(28)** em especial a Justiça Federal está em patamar superior ao ora existente nos Estados Unidos da América, pois percebeu-se que avançamos na conectividade e já operamos uma jurisdição sem papel, desde o nascedouro da ação.

13 Federal Judicial Administration

Clique aqui para visualizar um quadro esquemático da *Federal Judicial Administration* dos Estados Unidos.

Na Califórnia pudemos observar, perante a Justiça Estadual, a preleção feita por um magistrado a um grupo de pessoas selecionadas para atuarem como jurados. O grupo de mais de cem pessoas recebia instruções sobre a importância da sua participação. Observou-se a complexidade e o esforço da administração judiciária na orientação e na qualificação, bem como a disponibilidade de tão grande contingente de possíveis jurados, não havendo as compensações que aqui são dispensadas a esse trabalho cívico. Na atualidade, o corpo de jurados apresenta grande diversidade, incluindo cidadãos de origem oriental e indígena, afrodescendentes, não se parecendo nada com o grupo de jurados bastante homogêneo do filme "12 homens e uma sentença".

14 Outros aspectos interessantes

Discovery/adversarial system

Diferentemente do que ocorre no nosso sistema, o norte-americano proíbe as surpresas durante a instrução processual, ou melhor, existe a aversão às surpresas das "cartas na manga". Os litigantes devem fornecer reciprocamente todas as informações sobre a demanda, isto é, a identidade das testemunhas, as cópias dos documentos ou provas que irão utilizar. O *discovery* é realizado entre os advogados das partes, apenas sob supervisão do juiz, que não deve interferir. **(29)** Pode ocorrer a deposition, que é o depoimento prévio da testemunha, que é interrogada pela *cross examination*, isto é, os advogados fazem diretamente as perguntas, o juiz permanece apenas em posição de árbitro dos excessos.

O processo, o sistema processual nos Estados Unidos da América, é do tipo adversarial,(30) isto é, não há a incisividade do juiz, o papel ativo cabe aos litigantes, aos advogados. No julgamento da matéria de fato, a questão fica para a decisão do júri, composto por até 12 pessoas, ou do grande júri, de até 23 membros.

Estudos históricos

O *Federal Judicial Center* conduz pesquisa histórica do Poder Judiciário. A história do Judiciário de todos os tribunais é documentada e estudada, prestando e fornecendo suporte para programas históricos em tribunais federais. Os mais diversos assuntos relacionados à Suprema Corte e aos seus juízes são encontrados, cito exemplificativamente: "*The Jewish Justices of the Supreme Court Revisited: Brandeis to Fortas*", sobre os Justices de origem judaica.

Os advogados

Nos Estados Unidos da América todo o cidadão é livre para representar a si mesmo perante o Judiciário, mas para apresentar o seu caso ou defesa com eficácia é necessário o serviço dos advogados. Os pobres podem se valer dos advogados disponibilizados por associações municipais de assistência jurídica. O sistema jurídico dos Estados Unidos da América usa o *adversarial process*, e os advogados na prática são essenciais.(31) São autorizados a trabalhar pelo Estado no qual militam. Não há uma autoridade de classe nacional. A maioria dos Estados exige que o candidato seja aprovado em exame escrito: o *bar examination*.(32) Devem preencher requisitos de idoneidade. A militância em outros Estados é permitida, todavia, sofre uma série de restrições.

O grupo de visitantes teve a oportunidade de visitar um prestigiado escritório de advocacia em Dallas. Destaca-se a notável acolhida por um prestigiado advogado, Sr. Jerry Jordan,(33) que presta um trabalho voluntário ao programa de visitação internacional. Na ocasião foi apresentada explanação sobre o *alternative dispute resolution system* pelo advogado e conciliador Mr. Mike Amiss e pelo *Judge Jay Patterson*. Entre os expositores, ainda é de se destacar a presença do eminente Juiz Federal Fausto Mendanha Gonzaga,(34) que realiza doutorado na *Dedman School of Law*. A explanação descortinou inúmeras novas possibilidades para a resolução de disputas.

Na ocasião ainda palestraram ou trocaram experiências sobre os sistemas alternativos outros advogados e conciliadores.

Visitas às Universidades

O grupo teve oportunidade de visitar a *Dedman School of Law* da *Southern Methodist University* – SMU,(35) em Dallas, Texas, onde obtivemos informações sobre cursos de graduação e pós-graduação em acolhedora recepção, bem como possibilidade de conhecer suas ótimas instalações.

Na Califórnia, em Sacramento, fomos recepcionados na *UC Davis, University of California*,(36) recebidos pelo Prof. Charlie Wilder Lemcke e pela Prof^a Jennifer Barley,(37) onde também houve acolhida com possibilidade de verificar instalações e cursos oferecidos. Em ambos os estabelecimentos de ensino fomos recepcionados por estudantes brasileiros, sendo estes originários de grandes escritórios de advocacia em São Paulo, da Petrobras e do Banco Bradesco.

O acesso à Justiça e a decisão de ingressar em juízo

O acesso à Justiça nos Estados Unidos da América não tem a dimensão que se observa no Brasil. Não há um direito quase ilimitado de acesso. São poucos os que, tendo potenciais ou reais litígios, chegam a um processo judicial. O ingresso de qualquer ação é questão muito sopesada e refletida, pois os custos do processo são elevados. Não há um grande

incentivo para litigar. Depois de instaurado o litígio, o juiz poderá recomendar que as partes se submetam à mediação, indicando desde já um escritório advocatício especializado. A prática não seria bem compreendida no nosso sistema. Na realidade os altos custos da demanda judicial desencorajam os possíveis litigantes. Pode-se afirmar que a condução do processo até o julgamento é um fenômeno quase residual. Aproximadamente 75% das ações são resolvidas pelas formas alternativas de composição de litígios. Verifica-se o fenômeno no esquema disponibilizado.

Os advogados consideram antes de mais nada as soluções alternativas, como a mediação e a arbitragem. A mediação é recomendada quando as partes mantêm algum vínculo de relacionamento. É um processo privado, confidencial, e um mediador neutro as auxilia a chegar ao acordo. Já a arbitragem é semelhante ao ingresso em juízo. Um árbitro designado pelas partes decide a controvérsia. É preferida pelas partes, pois economiza dinheiro e tempo, o processo termina em aproximadamente quatro meses.

O planejamento estratégico

O planejamento estratégico é utilizado nos judiciários federal e estadual. Na Justiça Federal, como antes examinado, o planejamento estratégico para todo o sistema é tarefa da *Judicial Conference of the United States*, auxiliada pelos *Committees of the Judicial Conference*, órgão semelhante ao nosso Conselho Nacional de Justiça.

Nos Estados, foi oportunizado o conhecimento sobre o planejamento estratégico na Justiça Estadual da Califórnia. O planejamento, pelo que se percebe, teve início há mais de duas décadas e está documentado, por exemplo, no *"The Strategic Plan for California's Judicial Branch 2006-2012"*, adotado em 2006, que indicou como metas ou princípios a alta qualificação de seus integrantes, a proteção da independência da magistratura, a procura dos melhores interesses do público e a *accountability*. Foi disponibilizado manual *"Justice in Focus"*, que será disponibilizado na Assessoria de Planejamento e Gestão (Aplang) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Os poderes correccionais no sistema federal

Os juizes federais, segundo o artigo III da Constituição, permanecem no cargo "enquanto bem servirem", o que significa, na maioria dos casos, pela vida toda. Desde 1788 a Câmara dos Representantes teria iniciado procedimentos de impugnação contra 13 juizes. Igual número teria renunciado às vésperas dessa ação formal do Legislativo. A acusação se dá por "lesa-pátria, suborno e outros crimes graves". Apenas 7 dessas iniciativas resultaram no afastamento do cargo, que exige dois terços dos votos dos membros do Senado. Foi considerado que pouco havia sido feito nessa seara, embora os casos de comportamento inaceitável. Existem comissões especiais, os Conselhos Judiciais de Conduta e Incapacidade Jurídica, que adotam as medidas necessárias para uma efetiva administração judiciária na matéria correccional, bem como foi fixado um procedimento para a queixa legal contra juizes. Cópias do Código de Conduta podem ser obtidas no endereço eletrônico http://jnet.aodcn/img/assets/4644/AO_015G.pdf.

A regra dos 80

Há iniciativas no sentido de tentar induzir os magistrados mais velhos a se aposentar, oferecendo atrativos financeiros. Um deles é conhecido como "Regra dos 80". Funciona da seguinte forma: assegura-se aposentadoria com salário e benefícios integrais quando o magistrado se aposenta no momento em que a soma de sua idade ao número de anos de atuação no tribunal chegar ao número 80. Ultrapassando o patamar, o tratamento estipendial não seria mais tão favorável.

Recepção por típica família norte-americana

Os integrantes do programa foram divididos em pequenos grupos e convidados por voluntários que ofereceram um jantar em família. A experiência foi muito apreciada por todos. A visita da qual participei ocorreu na residência do casal Wilkins,⁽³⁸⁾ residente em Dallas, em um bairro tranquilo e arborizado, próxima a uma igreja Batista, coberta por heras. Não havia grades ou portões nas residências do bairro. Os anfitriões foram encantadores.

Conclusão

Concluindo este relatório, reafirmo que o programa é de fundamental importância para a magistratura brasileira. Como sugestão, encaminho a ideia de convidar alguns dos palestrantes estrangeiros, em especial o administrador Mr. Fred Russillo, o juiz federal Francis Allegra e a *Chief Justice* Caroly Wright, para evento a ser realizado pela Enfam. Por outro lado, poderíamos muito colaborar na informatização, levando as nossas exitosas conquistas, como já está ocorrendo no espaço judiciário latino-americano REDLAJ.

A experiência representou para todos, tenha certeza, oportunidade de aperfeiçoamento profissional e, para o Judiciário brasileiro, um fortalecimento institucional, descortinando-se inúmeras possibilidades de cooperação e internacionalização da formação da magistratura.

Notas

1. O grupo foi integrado pelos seguintes magistrados e servidores: **Desembargador Federal José Amílcar de Queiróz Machado**, Vice-Presidente do Tribunal Federal da 1ª Região; **Desembargador Paulo César Caminha e Lima**, Tribunal de Justiça do Amazonas; **Desembargador Edson Vidal Pinto**, Tribunal de Justiça do Paraná; **Juiz Federal Silvio Cesar Arouck Gemaque**, 5ª Vara Federal do Juizado Especial Federal de São Paulo/SP; **Juiz de Direito André Felipe Gomma de Azevedo**, Comarca de Angical/BA; **Juiz de Direito Hector Valverde Santana**, 2ª Vara de Família de Brasília/DF; **Dra. Eva Maria Ferreira Barros**, Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal; **Dr. Rodolfo Freitas Rodrigues Alves**, Coordenador de Planejamento Estratégico da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, Gestão 2008/2010; e a signatária, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Fomos recepcionados e acompanhados durante todo o programa por três intérpretes: Joseph McGovern, *simultaneous interpreter*; Anita Ferreira, intérprete; e Caio Moraes Rego, administrador e intérprete.

2. Além do roteiro do programa, recebemos as seguintes publicações: **A Corrupção e a Economia Global**, de Kimberly Ann Elliott (Org.), Editora UnB; **Nós, o povo**, publicação do Escritório de Projetos Internacionais de Informação; **Perfil do Sistema Judiciário dos EUA**, 2006, editado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, encaminhadas à Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

3. *3401 Fairfax Drive, MS 3B1. Arlington – e-mail: mrozell@gmu.edu.* **Power and Prudence**: The Presidency of George H.W. Bush. College Station, TX: Texas A&M University Press, 2004. **Executive Privilege**: Presidential Power, Secrecy, and Accountability. University Press of Kansas, 2010. São obras do expositor Prof. Mark Rozell.

4. Não podem, por exemplo, celebrar tratados com nações estrangeiras, cunhar moeda, mas podem muito, como se viu recentemente na polêmica sobre o tratamento aos imigrantes no Arizona e na tentativa de legalizar o consumo de drogas na Califórnia, providências que, se adotadas, colidiriam com a política federal.

5. TOCQUEVILLE, 1835. Alexis de Tocqueville, filho de família tradicional, nascido em 1805, concluiu a Faculdade de Direito em 1825, foi Juiz-Auditor em Versalhes, onde seu pai era Prefeito. Demitiu-se. Foi Deputado

e Ministro dos Negócios Exteriores. A obra é **A democracia na América** (4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1987). Verificar também **Bandeirantes e Pioneiros**: paralelo entre duas culturas (19. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001), de Clodomir Vianna Moog, com o estudo comparativo entre a colonização norte-americana e a brasileira. As origens históricas do nosso sistema no **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: a suprema corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979, de Stuart B. Schwartz. Título original: **Sovereignty and society in colonial Brazil: the high court of Bahia and its judges, 1609-1751**.

6. Utilizo lição de René David. **O direito inglês**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Verificar sobre a diversidade de valores da sociedade americana: O filme **CRASH – No Limite**. Título original: **Crash**. Direção: Paul Haggis, EUA/Alemanha, 2004. Pessoas de diferentes etnias que se cruzam em Los Angeles. Sobre a guerra civil norte-americana, o clássico **...E O VENTO Levou** (Título original: *Gone with the Wind*). Direção: Victor Fleming, EUA, 1939. É um épico clássico (1861-1865). Os EUA na Guerra Fria em **FORREST Gump – O Contador de Histórias** (Título original: *Forrest Gump*). Direção: Robert Zemeckis, EUA, 1994. Com o pano de fundo, a Guerra do Vietnã. Também **NASCIDO em 4 de Julho** (Título original: *Born on the Fourth of July*). Direção: Oliver Stone, EUA, 1989. Descreve a máquina de guerra. **O SOL de cada Manhã** (Título original: *The Weather Man*). com Nicolas Cage. Direção: Gore Verbinski, EUA, 2005, o modo de vida.

7. Os jornais davam destaque a dois assuntos polêmicos, as restrições aos imigrantes mexicanos no Arizona (Leis Estaduais) e a construção de uma mesquita no marco zero, local atingido pelo ataque terrorista de 11 de setembro.

8. Para uma visão dos problemas e da crise do Judiciário norte-americano, consultar o Relatório da Comissão de Estudos das Cortes Federais dos Estados Unidos (STJ, Brasília, DF, 1992).

9. Segundo registra Ataíde Júnior, obra citada: “Na área cível, o processo judicial é quase um sistema residual [...] cerca de 80% das controvérsias são resolvidas pelos sistemas alternativos de soluções de conflitos, como mediação e arbitragem. Nos Estados Unidos, parece haver disseminada uma verdadeira cultura do acordo extrajudicial”.

10. A SUPREMA CORTE DOS EUA. A mais Alta Corte do País. **Questões de Democracia**, *Journal USA*, Washington, D.C., abr. 2005.

LEVINE, Paul. **Os 9 escorpiões**. *Best Seller*, 1999. Tradução de: 9 Scorpions. O tema dos Tribunais é muito apreciado. Há muitos romances, neste: chantagens e assassinato para atingir a *Justice* da Suprema Corte.

11. Ver TEIXEIRA, op. cit., p. 26. “Inexistindo carreira inexistente sistema de acesso”. Em 1968 foi criado o *Federal Judicial Center* para atividades de pesquisa e orientação aos juizes.

12. Observou-se a evolução das estatísticas das decisões dos juizes criminais, registrando-se um aumento nas condenações em período próximo das eleições.

13. Verificar adiante “Regras dos Oitenta”.

14. DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

15. Idem. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

16. Madison Place, NW Washington, DC 20005. e-mail: francisallegre@uscourts.gov.

17. e-mail: carolyn@carolingwright.com.

18. GRISHAM, John. **O Recurso**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. Tradução de: *The Appeal*. Ficção com uma crítica ao sistema norte-americano e à eleição de juízes. A avaliação é de Ronald Dworkin (**O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999).

19. FACCHINI, op. cit. Crítica os sistemas informais ADR, salientando que não há garantias para a parte mais fraca, há ausência da função reequilibradora do juiz, contribui para manter desigualdades sociais e, se bancado pelo setor público, não desonera os cofres públicos.

20. *Stare decisis et quia non movere*.

21. Publicação do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 1992.

22. O caso pode ser assim resumido: em 1800 foi eleito Presidente Thomas Jefferson, que derrotou John Adams, que postulava reeleição. Antes de deixar o cargo, Adams criou vários cargos de juiz federal e nomeou federalistas, nomeando ainda John Marshall (seu Secretário de Estado) presidente da Suprema Corte. O tempo se esgotou, e 17 dos indicados não foram nomeados. Assumiu o Presidente Thomas Jefferson, que ordenou ao seu Secretário de Estado que não entregasse as comissões faltantes. Um dos indicados, William Marbury, reclamou à Suprema Corte, apoiado na Seção 13 da Lei do Judiciário de 1789, que concedeu à Suprema Corte autoridade para emitir mandados de segurança contra autoridades federais. A Seção 13 da Lei X do Judiciário foi declarada inconstitucional, pois concedia mais competência originária do que estabelecido pelo artigo III da Constituição. Assim ficou estabelecido o poder da Corte de rever a constitucionalidade dos atos do Congresso.

23. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 14-15. "O Poder Simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se foi reconhecido, quer dizer, ignorado como arbítrio [...] é a crença na legitimidade nas palavras e daquele que as pronuncia."

24. Verificar **TODOS os homens do Presidente**. (Título original: *All the President's Men*). Diretor: Alan Pakula, 1976. 4 Oscar da Academia. O caso é sobre espionagem dos republicanos contra democratas, e Ted Kennedy, no Hotel Watergate. A investigação revelou o envolvimento de colaboradores diretos de Nixon. Foram requisitadas as fitas. Nixon recusou, invocando o privilégio do Executivo. A Corte não aceitou. Ele entregou e em duas semanas renunciou à Presidência.

No filme **FROST/Nixon**. Universal Studios 2008, três anos após renunciar, o Presidente Nixon vendeu uma entrevista exclusiva ao jornalista David Frost, onde tenta explicar as "Razões de Estado". "O Presidente pode fazer certas coisas, que não seriam tão ilegais".

Um *Justice* da Suprema Corte presidiu a "Comissão Warren" (*Justice: Earl Warren*), que tentou elucidar o assassinato do Presidente Kennedy. Ver **REESCREVENDO a história: O Assassinato de Kennedy**. Direção: Erik Nelson, Phil Fairclough, Suzy Geller, Steve B. Produção: Discovery Channel, 2005. Título original: *Unsolved History: JFK – Death in Dealey Plaza*. EUA, 2003. O grupo realizou uma visita ao Museu instalado no local de onde partiram os tiros em Dallas, Texas.

25. Dra. Axelrod-Angres antes trabalhou com o *Chief Justice* da Suprema Corte de Nevada, Carson City, formada pela *Western School of Law* de San Diego, Califórnia. Tem cursos de linguística pela *Saint-Petersburg State University* da Rússia e Literatura Inglesa pela *Sierra Nevada College*. Seus ancestrais, avós, fugiram da Rússia no início do século passado.

26. www.uscourts.gov

27. *e-mail*: russillo@ao.uscourts.gov

28. A exemplo do que já ocorre na *Red Latinoamericana de Jueces*, com a apresentação do painel por brasileiro sobre Expediente Eletrônico.

29. Sobre o assunto, verificar nos filmes **DOZE homens e uma sentença** os aspectos mencionados, *12 angry men*, melhor filme em 1958, com Henry Fonda, uma experiência genuína sobre a participação e a dinâmica de um júri criminal; **O SOL é para Todos** (Título original: *To Kill a Mockingbird* – 1962), com Gregory Peck, Direção de Robert Mulligan. Também serve ao propósito a película **O HOMEM que fazia chover** (*The Rainmaker*), de Francis Ford Coppola, Paramount, e com história de John Grisham, estrelado por Matt Damon, observando-se o júri e a sistemática do funcionamento. Várias questões podem ser discutidas.

30. Verificar o filme **TESTEMUNHA de Acusação** (Título original: *Witness for the Prosecution*), 1957. Atuação de advogado (*barrister*) Sir Wilfred Robarts em Londres. Suspense baseado em Agatha Christie, com 6 indicações para o Oscar. Ainda sobre advogados e o sistema: **FILADÉLFIA** (Título original: *Philadelphia*), 1993. Também ilustra o sistema o filme **O JÚRI** (Título original: *Runaway Juror*), 2003, com Dustin Hoffman e Gene Hackman, observando-se a pressão sobre os jurados e a atuação de um “consultor de júri”. Cenas na Suprema Corte Estadual de Nova Orleans, processo contra a indústria de armas.

31. Verificar no caso o filme **ERIN Brockovich – uma mulher de talento** (filme). Direção: Steven Soderbergh. Produção: Danny DeVito, Michael Shamberg e Stacey Sher. Roteiro: Susannah Grant. Intérpretes: Julia Roberts (Erin Brockovich), Albert Finney (Ed Masry), Aaron Eckhart (George) e outros. EUA: Jersey Films; Universal Pictures; Columbia TriStar Pictures, 2000. (145 min). O filme serve para ilustrar a contaminação das águas. Indústria química despeja o “Cromo-6”, contaminando os lençóis freáticos da região e provocando diversas doenças na população da localidade.

32. Observem no filme **O HOMEM que fazia chover** o rábula que não conseguia ser aprovado no Bar, interpretado por Danny DeVito.

33. *e-mail*: jjatty1@airmail.net

34. *e-mail*: fgonzaga@mail.smu.edu

35. <http://www.law.smu.edu>

36. <http://www.ucdavis.edu>

37. *e-mail*: cwlemcke@ucdavis.edu

38. Casal Wil Wilkins: *e-mail*: wlwilkins@flamemanagement.com

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

TESSLER, Marga Inge Barth. *Relatório: visita técnica aos Estados Unidos da América – um resumo. Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n. 40, fev. 2011. Disponível em: < http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao040/marga_tessler.html >
Acesso em: 04 maio 2011.